CPERS SINDICATO FILIADO À CNTE

Soneta

DEVOLUÇÃO FÍSICA CORREIOS

www.cpers.org.br Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Sul | Gestão 2017 - 2020 | Porto Alegre, Março de 2019

Lute como uma educadora!

Fotos: Caco Argemi









Neste mês de março, temos um encontro marcado com a nossa história.

Nossa categoria, formada majoritariamente por mulheres, continua a sofrer os efeitos das políticas desastrosas de reajuste zero, atraso salarial e enxugamento do Estado. Já a Reforma da Previdência, que recai com violência sobre todas as trabalhadoras, é excepcionalmente dura para as educadoras.

Não é por acaso. Nós somos muitas. Formamos gerações de gaúchos(as). Construímos, juntas, o passado e o presente do Rio Grande do Sul. Não querem nos deixar construir o futuro.

Querem nos ver trabalhar até a morte - sem salário em dia e sem direitos -, querem minar a nossa disposição para a luta e o nosso espírito crítico, querem nos roubar o futuro e a vida.

Mas nada, em toda a caminhada deste Sindicato, caiu do céu. Nunca foi fácil. As maiores conquistas sempre foram precedidas por grandes lutas, clareza de objetivos e um alto grau de organização coletiva e consciência de classe.

Mais do que nunca, precisamos dar as mãos e fortalecer a resistência, pela escola pública que sonhamos, por uma educação de qualidade e emancipadora, por valorização profissional e salários justos, pela vida das mulheres. A história estará ao nosso lado.

Lute como uma educadora!

Agenda: Assembleia Geral e Plenárias Regionais do CPERS Página 3

Reforma da Previdência: como e por que prejudica todos(as) os(as) educadores(as) Central

Modelo chileno de capitalização deixa rastro de mortes e miseráveis Página 6

Pauta Salarial: o descaso em números Página 8

Agência para devolução: AGF Baltazar - CEP: 91130973 - Porto Alegre/RS

Ao Carteiro: Em caso de serviço de Devolução Eletrônica, por gentileza, efetuar a baixa deste objeto no Sistema CEDO, indicando o motivo de sua não-entrega.

☐ Mudou-se ☐ Falecido ☐ End. Insuficiente ☐ Informação escrita pelo porteiro ou síndico ☐ Reintegrada ao serviço postal em: / /

☐ Desconhecido ☐ Ausente ☐ CEP

☐ Recusado ☐ Não procurado ☐ Não existe número indicado

Responsável: / /

Informações acesse: www.cpers.org.br ou ligue para: 51 3254.6000



Foto: Caco Argemi

MENSAGEM DA PRESIDENTE

Exigir nossos direitos, ensinar democracia

Por quatro anos, o governo passado justificou a miséria imposta a servidores(as) e os ataques à escola pública com o argumento de sanar as contas. Sartori foi derrotado, mas nossos salários permanecem congelados e parcelados, a educação piorou, o Estado passou por um intenso desmanche e, as finanças públicas, ao que parece, continuam de mal a pior.

Apesar de representar o mesmo campo ideológico, reforçando a narrativa da crise e de redução do Estado, o novo governo acena com a perspectiva de diálogo. É uma mudança de postura que, enquanto educadores(as), não podemos deixar de saudar. Mas diálogo pressupõe troca, deslocamento, negociação.

Não é possível que Eduardo Leite insista em aplicar o mesmo remédio - testado e reprovado - para resolver os alegados problemas de caixa, enquanto sacrifica o funcionalismo, a educação pública e o futuro do estado. Qualquer negociação deve passar pela recuperação das nossas perdas e por um plano efetivo de valorização dos(as) educadores(as).

Não vamos nos furtar de conversar, discutir as propostas e dialogar, em especial, com a nossa base. Neste Sindicato quem decide é a categoria. A democracia interna do CPERS, sustentada por representantes e instâncias estaduais e regionais enraizadas em todo o Rio Grande do Sul, deve ser motivo de orgulho em tempos de crise democrática mundo afora.

Nossa causa é justa. A escola pública atende mais de 80% dos(as) estudantes do país. A sociedade estará ao nosso lado se soubermos informar corretamente sobre o momento que estamos vivendo. Em um tempo fértil em notícias falsas e campanhas difamatórias, temos o dever de lutar contra a desinformação.

Por isso, esta é uma Sineta especial, pensada para subsidiar o necessário debate sobre o futuro do país e a valorização dos(as) educadores(as) da rede estadual. Precisamos dialogar com clareza, agir com firmeza e fazer justiça à história que erguemos juntos(as) ao longo de inúmeras caminhadas.

Estaremos sempre abertos ao diálogo. Mas nossa categoria jamais vergou a coluna, mesmo durante os anos de chumbo da ditadura militar. Se formos atacados, seremos resistência!

Helenir Aguiar Schürer
Presidente CPERS/Sindicato



O CPERS oferece serviços e benefícios variados aos(às) associados(as). Confira.

Assessoria Jurídica

Em tempos de Reforma Trabalhista e precarização, os(as) sócios(as) do CPERS contam com a segurança de uma assessoria jurídica especializada e com mais de 30 anos de experiência em direito público.

SERVIÇOS:

- Participação em ações coletivas
- Encaminhamento de ações individuais
- Informações sobre o andamento de processos já ajuizados
- Atendimento presencial mensal em todos os núcleos
- Consultas de aposentadoria e questões funcionais



Endereço: Rua dos Andradas, 1121 3º andar - Centro Histórico, POA.
Fone: (51) 3073-7512
Site: www.buchabqui.adv.br

Alojamentos na capital



Um espaço confortável, para sócios(as) e dependentes, com custos acessíveis e de excelente localização, no Centro da capital.
No último período, os alojamentos passaram por ampla reforma, com a renovação dos conjuntos de cama e banho, novos leitos, instalação de ar-condicionado e frigobar em todos os quartos e de micro-ondas em todos os andares, troca de camas e roupeiros, além da reestruturação dos banheiros. **Reservas:** (51) 3254-6033 ou 6034

Serviço de Atendimento ao Sócio (SAS)

O SAS oferece atendimento personalizado, prestando informações a respeito da vida funcional e serviços variados, confira alguns:

- Cálculo para aposentadoria
- Dúvidas sobre o contracheque
- Esclarecimentos sobre a vida funcional
- Confecção de Carteira Escolar (TRI)

SOS Serviço de Atendimento ao Sócio

Fone: (51) 3254.6000 | **Atendimento por Whatsapp:** (51) 99854-0887

Sineta

Publicação do CPERS/Sindicato Filiado à CNTE - Av. Alberto Bins, 480 - Centro - 90030-140 - Porto Alegre - Fone: (51) 3254 6000. Presidente: Helenir Aguiar Schürer; 1ª Vice-presidente: Solange da Silva Carvalho; 2º Vice-presidente: Edson Rodrigues Garcia; Secretária Geral: Candida Beatriz Rossetto; Tesoureiro Geral: Mauro João Calliari. Diretores e Diretoras: Alda Maria Bastos Souza; Cássio Ricardo Ritter; Daniel Fortuna Damiani; Ênio Mânica; Glaci Weber Medeiros; Rosane Teresinha Zan; Sandra Terezinha Severo Régio; Sônia Solange dos Santos Viana; Valdete de Fátima Moreira Dias e Vera Maria Lessês. Jornalista Responsável: Patrícia Araujo Cardon. (MTB 11686). Projeto Gráfico, criação, redação, diagramação e revisão: Veraz Comunicação (51) 3311 0274. Impressão: VT Propaganda (51) 3232 9739. Tiragem: 76.120 exemplares.

Assembleia Geral e Popular: a força da escola pública em nossas mãos



Assembleia Geral e Popular
12 de abril 13h30 • Casa do Gaúcho
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 301, Porto Alegre

O ano de 2019 exigirá disposição para a luta e forte resistência para barrar os ataques aos nossos direitos. No dia 12 de abril, todos(as) estão convocados(as) para realizar uma assembleia geral histórica, à altura dos desafios do período.

Além do espaço para debate e deliberação das próximas mobilizações, em que todos(as) os(as) sócios(as) têm voz e vez, a Assembleia Geral e Popular abrirá as portas para a comunidade escolar, entendendo que a defesa da escola pública é uma causa que deve ser assumida por todos(as).

No Rio Grande do Sul, o governo de Eduardo Leite apresenta-se com a marca do diálogo. O Sindicato, que jamais deixou de dialogar e negociar, ressalta que diálogo pressupõe condições mínimas de trabalho e dignidade. É urgente a apresentação de soluções efetivas para a grave situação da categoria.

Em âmbito federal, o governo de Bolsonaro avança sobre os direitos dos(as) trabalhadores(as), ameaçando a aposentadoria e acenando com uma destruição ainda mais aguda das leis trabalhistas. Está em jogo a própria existência do frágil sistema de bem estar social brasileiro, um país já assolado pela desigualdade e a miséria.

Mais do que nunca, precisamos dar as mãos. Todos e todas na Assembleia Geral e Popular!

Plenárias regionais debatem Reforma da Previdência e Pauta de Reivindicações

O CPERS percorre todo o estado para realizar uma série de plenárias sobre a Reforma da Previdência e a Pauta de Reivindicações da categoria. A intenção é organizar e mobilizar a base para a luta contra o fim da aposentadoria e para participar da Assembleia Geral e Popular. A questão salarial terá destaque no debate. As plenárias iniciaram no dia 27 de fevereiro e seguem até 5 de abril, com reuniões nas cidades-sede dos 42 núcleos do Sindicato e com a presença das direções central e dos núcleos.

Confira o cronograma e consulte seu núcleo para se informar sobre o local e o horário.

1ª SEMANA	27/02: Taquara · Gravataí 28/02: Osório · Guaíba · Canoas
2ª SEMANA	13/03: Ijuí · Bagé · Passo Fundo 14/03: Cruz Alta · São Gabriel · Erechim
3ª SEMANA	20/03: São Borja · Santa Rosa · Palmeira das Missões 21/03: São Luiz Gonzaga · Santo Ângelo · Carazinho 22/03: Santiago · Cerro Largo · Soledade
4ª SEMANA	27/03: Lagoa Vermelha · Guaporé · Camaquã 28/03: Vacaria · Bento Gonçalves · Pelotas 29/03: Caxias do Sul · Estrela · Rio Grande
5ª SEMANA	03/04: Uruguaiana · Cachoeira do Sul · Fred. Westphalen · São Leopoldo 04/04: POA 38° · Alegrete · Santa Maria · Três Passos 05/04: POA 39° · Santana do Livramento · Santa Cruz do Sul · Três de Maio

8 de Março: Lute como uma educadora!

LUTE COMO UMA EDUCADORA

Mobilização Nacional em Defesa da Mulher

Manhã: Reunião do Coletivo de Gênero e Diversidade
Local: sede estadual do CPERS
Tarde: participação nas atividades do 8M na capital e nas regiões

Neste dia 8 de março, a categoria deve se somar às manifestações que tomarão as ruas de todo o estado em defesa da vida das mulheres e dos direitos de todas as trabalhadoras. Em Porto Alegre, a marcha do 8M se dará à tarde. Informe-se junto ao seu núcleo para participar das atividades regionais.

O CPERS também lançará uma série especial de vídeos em seus canais digitais, com depoimentos de mulheres que presidiram o Sindicato sobre a experiência e os desafios de estar à frente da entidade. Acompanhe no Facebook e na nossa página!

CPERS cobra solução para problemas do início do ano letivo

Redução de turmas e turnos, enturmações, multisseriações e decisões tomadas à revelia da comunidade escolar foram alguns dos problemas deste início de ano letivo. No dia 25 de fevereiro, a direção central e dos núcleos realizaram o Dia da Pressão, cavando agendas junto às CREs e Seduc para levar as demandas - ao lado das direções escolares e de conselhos - e exigir soluções.



REFORMA DA PREVIDÊNCIA: NÃO VAMOS PAGAR A CONTA!

Entenda por que e como a nova proposta prejudica todos(as) os(as) educadores(as)

Como é a aposentadoria hoje na rede pública:

	Idade mínima	Tempo de contribuição
Professora	50	25
Professor	55	30
Funcionária e professora sem regência	55	30
Funcionário e professor sem regência	60	35

Como será para quem ingressar após a reforma:

	Idade mínima	Tempo de contribuição
Professora	60	30
Professor	60	30
Funcionária e professora sem regência	62	25
Funcionário e professor sem regência	65	25

Como será para quem já está na rede pública

A Reforma traz uma regra de transição que **retarda a aposentadoria** de quem está na ativa. Todos(as) saem perdendo, mas **as professoras são as maiores prejudicadas**.

Para se aposentar, **não bastará atingir a idade e o tempo de contribuição mínimos** previstos na tabela ao lado. É necessário atingir a **pontuação estipulada** de acordo com o ano vigente, calculada pela soma dos dois fatores: **idade e contribuição**.

A pontuação exigida aumenta ano a ano, até o limite de 95 para professoras, 100 para professores e funcionárias e 105 para funcionários.

	Idade mínima *(até 2021)*	Idade mínima *(a partir de 2022)*	Tempo mínimo de contribuição
Professora	51	52	25
Professor	56	57	30
Funcionária e professora sem regência	56	57	30
Funcionário e professor sem regência	61	62	35

Pontos necessários para se aposentar, ano a ano (idade + tempo de contribuição)

2019	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95
91	92	93	94	95	96	97	98	99	100					
86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
96	97	98	99	100	101	102	103	104	105					

EXEMPLOS PRÁTICOS

Professora Julieta
Tem **49** anos de idade e **24** de magistério

Regra atual:
Se aposenta em 2020, com 50 de idade e 25 de magistério
Regra nova:
Se aposenta em 2027, com 57 de idade e 32 de magistério (89 pontos)
Vai trabalhar SETE anos a mais sem integralidade e paridade

Funcionária de escola Rosângela
Tem **40** anos de idade e **20** de contribuição

Regra atual:
Se aposenta em 2034, com 55 de idade e 35 de contribuição
Regra nova:
Se aposenta em 2039, com 60 de idade e 40 de contribuição (100 pontos)
Vai trabalhar CINCO anos a mais sem integralidade e paridade

Professor Roberto
Tem **33** anos de idade e **11** de magistério

Regra atual:
Se aposenta em 2041, com 55 de idade e 33 de magistério
Regra nova:
Se aposenta em 2046, com 60 de idade e 38 de magistério (cai na regra pós transição: mínimo de 60 anos + 30 de contribuição)
Vai trabalhar CINCO anos a mais sem integralidade e paridade

Professora Lívia
Tem **24** anos de idade e **3** de magistério

Regra atual:
Se aposenta em 2045, com 50 anos de idade e 26 de magistério
Regra nova:
Se aposenta em 2055, com 60 de idade e 36 de magistério
Vai trabalhar DEZ anos a mais sem integralidade e paridade

Professora Carmem
Tem **40** anos de idade e **18** de magistério

Regra atual:
Se aposenta em 2029, com 50 anos de idade e 28 de magistério
Regra nova:
Se aposenta em 2038, com 59 anos e 37 de contribuição (+ de 95 pontos)
Vai trabalhar NOVE anos a mais sem integralidade e paridade

Redução do benefício: 40 anos de trabalho para obter 100%

Com a reforma, professores(as) e funcionários(as) nomeados até 2003 só se aposentam com paridade e integralidade se atingirem os seguintes requisitos:

PROFESSOR (A)
- 60 anos para ambos os gêneros
- 20 anos de serviço público
- 5 anos no cargo

FUNCIONÁRIO(A)
- 62 anos para mulheres e 65 para homens
- 20 anos de serviço público
- 5 anos no cargo

Quem ingressou até 2003 e não cumprir os requisitos dos quadros à esquerda quando da aposentadoria, e todos(as) que ingressaram a partir de 1º de janeiro de 2004, perdem o direito à integralidade e à paridade. Receberão 60% da média calculada sobre todas as contribuições a partir dos 20 anos de contribuição, com o acréscimo de 2% a cada ano, conforme tabela à direita.

Tempo de contribuição	Provento *(calculado sobre a média de todas as contribuições)*
25	70%
26	72%
27	74%
28	76%
29	78%
30	80%
31	82%
32	84%
33	86%
34	88%
35	90%
36	92%
37	94%
38	96%
39	98%
40	100%

A reforma afeta quem já está aposentado(a)?

Sim, pois a PEC prevê a criação de uma **contribuição extraordinária** a ser descontada dos proventos de **todos os(as) aposentados(as)** com duração de **até 20 anos**.

Aumento da alíquota de contribuição

A proposta cria a possibilidade de aumento de alíquotas de contribuição. Hoje, o limite no Rio Grande do Sul é de 14%.

Fragilidade legal

Com a PEC, o governo manobra para retirar da Constituição Federal os requisitos de aposentadoria dos(as) servidores(as) públicos, facilitando futuras alterações. Qualquer Lei Complementar, aprovada com maioria simples no Congresso, poderá mudar as regras e piorar ainda mais a situação.

Pensão por morte

O benefício da pensão por morte poderá ser inferior a um salário mínimo. Segundo a Reforma, um dependente sem filhos receberá 60% do benefício, com acréscimo de 10% para cada dependente adicional. Chegará a 100% apenas se o dependente tiver quatro filhos.

Modelo fracassado: capitalização deixa rastro de mortes e miseráveis no Chile

O sistema que serve de inspiração para a Reforma da Previdência é responsável por suicídio recorde entre idosos(as) e pensões muito inferiores ao salário mínimo

O chile é, hoje, o país com o maior número de suicídios entre idosos da América Latina. Mais de 90% dos(as) aposentados(as) recebem pensões inferiores a R$ 694, o equivalente a quase metade do salário mínimo do país (R$ 1.200).



É este modelo desumano que serve de inspiração para a reforma brasileira. O sistema de capitalização, previsto na PEC, substituiu a previdência pública do Chile em 1981, durante a ditadura sanguinária do general Pinochet.

Paulo Guedes, atual ministro da Economia, trabalhou em Santiago na década de 80 - a convite do ex-diretor de orçamento do regime Pinochet - e não esconde sua admiração pela ditadura chilena e pelas ideias extremistas que acabaram com a aposentadoria no país vizinho.

90,9% dos(as) aposentados(as) do Chile recebem pensões inferiores a 58% do mínimo

Desde 2010, foram registrados mais de mil suicídios entre adultos com mais de 70 anos no Chile



Foto: Esteban Ignacio / Flickr

Manifestantes protestam contra a AFP, administradora dos fundos de pensão no Chile.

Reforma é ruim para todos(as), menos para os bancos

Tanto a capitalização quanto a economia prevista pela Reforma - às custas da qualidade de vida do(a) trabalhador(a) - engordam a sangria imoral de recursos públicos para instituições financeiras e bancos privados.

Fernando Honorato, economista-chefe do Bradesco - banco cujos lucros cresceram 30% apenas em 2018 - chegou a dizer que a proposta ficou "acima das expectativas" do setor, único a se beneficiar com a crise continuada no Brasil.



Foto: Esteban Ignacio / Flickr

Como funciona

No sistema de capitalização chileno, fundos privados de grandes bancos assumem a administração dos recursos da previdência e não há contribuição por parte de empregadores(as) ou do Estado.

Cada trabalhador deposita cerca de 10% do seu salário mês a mês no sistema, e não tem qualquer garantia de que receberá um valor justo ao final de uma vida inteira de trabalho. Seus rendimentos ficam sujeitos às flutuações do mercado e das crises financeiras. No Brasil, a Previdência Social é pública e solidária, ou seja, os(as) trabalhadores(as) na ativa pagam os benefícios de quem já está aposentado, e há outras fontes de receita que garantem a sustentabilidade do fundo.

A PEC prevê coexistência dos modelos público e privado, mas trata-se de uma manobra para substituir gradualmente o fundo do INSS pelo da capitalização. Como empregadores(as) poderão arcar com uma parte menor da aposentadoria, a tendência é que as empresas ofereçam vagas vinculadas apenas ao fundo privado, levando o modelo público à falência.

R$ 650 bi é o que a Previdência Pública movimenta por ano. O valor atrai o interesse de grandes corporações do sistema financeiro internacional.

O "rombo da Previdência", pretensa justificativa para a Reforma, somaria, de acordo com o governo, R$ 268,8 bilhões. É quatro vezes menos do que o montante do orçamento desviado para bancos com o pagamento de juros e amortizações da dívida em 2018 (R$ 1,05 trilhão).



Em 2017, greve geral barrou Reforma da Previdência de Temer. A de Bolsonaro é ainda pior.

Foto: Mídia Ninja

CPI da Previdência: déficit é forjado para justificar reforma

Em 2017 o relatório da CPI da Previdência apontou que as estimativas que serviram de base para a proposta do governo Michel Temer estavam "eivadas de erros e imprecisões" e que terminavam "por forjar uma situação artificialmente grave com o intuito de acabar com a previdência pública e criar um campo para a atuação das empresas privadas".

A principal conclusão da CPI foi de que a Previdência Social não é deficitária, mas sim alvo de má gestão por parte do governo, que retira dinheiro do sistema para utilizar em outras áreas, protege grandes devedores - que já recebem empréstimos e benefícios fiscais - e penaliza os(as) trabalhadores(as).

Por ano, empresas deixam de repassar à Previdência R$ 31,25 bilhões, valores descontados do salário dos(as) trabalhadores(as) e apropriados de forma indevida. A dívida chegava a R$ 450 bilhões em 2017.

Somente em 2019, outros R$ 54 bilhões devem ser perdidos com desonerações e renúncias previdenciárias.

30% dos recursos previstos para a Seguridade Social na Constituição são desviados para outras áreas por meio da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Uma reforma que não combate privilégios

A propaganda do governo, abraçada pela grande mídia, quer nos fazer crer que a reforma combate privilégios e reduz desigualdades. Não poderia estar mais distante da realidade.

A reforma retarda a aposentadoria de todos(as) os(as) trabalhadores (as), mas deixa de fora militares e políticos com mandato. As mudanças pesam especialmente sobre as mulheres, idosos(as) em situação de miséria - que poderão receber menos que um salário mínimo - e trabalhadores(as) rurais.

O déficit na previdência dos militares - que têm regime próprio - cresce mais rápido do que o alegado déficit do INSS. Em 2018, as receitas somaram R$ 2,1 bilhões, enquanto as despesas chegaram a R$ 42,6 bilhões. Mesmo assim, foram excluídos da proposta.

Os militares trabalham cerca de 10 anos a menos que o restante dos(as) trabalhadores(as), se aposentam com salário integral após 30 anos de serviços prestados e, em média, ganham R$ 13,7 mil de benefício, enquanto a pensão média do INSS é de R$ 1,8 mil.

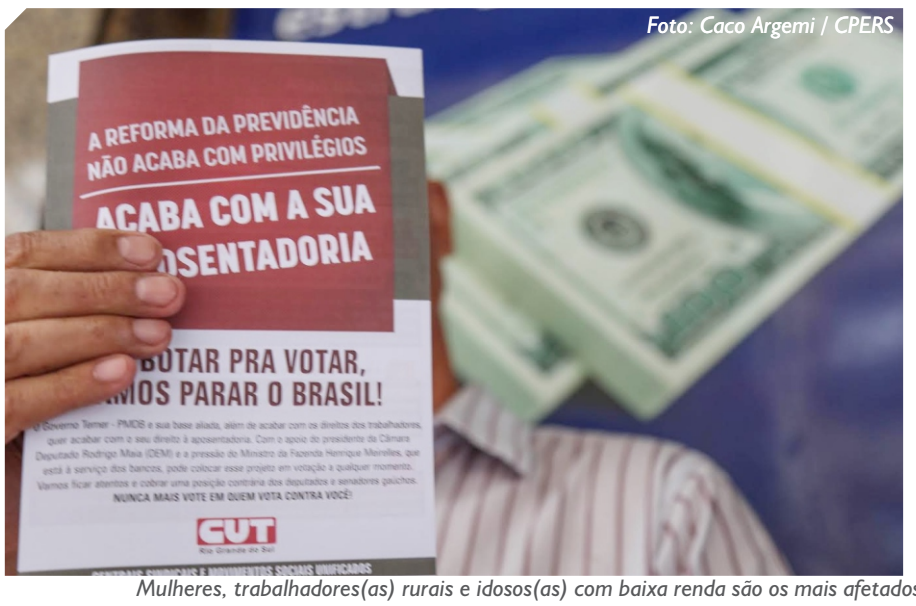


Foto: Caco Argemi / CPERS

Mulheres, trabalhadores(as) rurais e idosos(as) com baixa renda são os mais afetados.

Entenda como será a tramitação da reforma:

CCJ DA CÂMARA:
a proposta inicia sua tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Após a elaboração de um parecer por parte do relator, os deputados da comissão terão prazo de cinco sessões para votar.

COMISSÃO ESPECIAL:
discute o mérito da proposta. Os deputados poderão sugerir mudanças no conteúdo por meio de emendas. A comissão terá prazo de até 40 sessões para votar um parecer a ser apresentado por um relator escolhido.

PLENÁRIO:
o parecer terá que ser votado em dois turnos no plenário da Câmara. Para ser aprovado, precisará dos votos de pelo menos 308 deputados, que representam 3/5 da composição da Casa, formada por 513 parlamentares.

VOTAÇÃO:
Entre os dois turnos, é preciso esperar um intervalo de cinco sessões. Se a PEC não alcançar o número mínimo necessário de votos, será arquivada. Se for aprovada, segue para análise do Senado.

SENADO:
uma vez aprovada na Câmara, a PEC segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Em seguida, vai ao plenário, onde precisará de ao menos 49 votos entre os 81 senadores, também em dois turnos de votação. Se os senadores fizerem alguma alteração no texto inicialmente aprovado pelos deputados, a matéria volta para reanálise da Câmara. Se for aprovada com o mesmo conteúdo, segue para promulgação.

PROMULGAÇÃO:
se o texto for aprovado, será promulgado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que também é o presidente do Congresso Nacional. Após a promulgação, as regras passam a valer.

Pauta salarial: a educação não pode mais esperar!



DE SALÁRIOS PARCELADOS E ATRASADOS

DE 13º PARCELADO

SEM REAJUSTE OU REPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO E CONGELAMENTO DAS PROGRESSÕES DE CARREIRA

27,11%

É A INFLAÇÃO ACUMULADA DESDE O ÚLTIMO REAJUSTE

FUNCIONÁRIOS(AS) DE ESCOLA E PROFESSORES(AS) SEM COMPLETIVO PERDERAM MAIS DE ¼ DO PODER DE COMPRA EM QUATRO ANOS

102,9%

É O REAJUSTE NECESSÁRIO

NO SALÁRIO BASE DOS(AS) EDUCADORES(AS) (NÍVEL A1) PARA QUE O GOVERNO CUMPRA A LEI DO PISO (R$ 2.557,74 PARA 40H)

EM DECORRÊNCIA DO CONGELAMENTO SALARIAL E DA SUSPENSÃO DE PROGRESSÕES, O PISO NACIONAL TEM ULTRAPASSADO O SALÁRIO BASE DE CADA VEZ MAIS EDUCADORES(AS).



2018	2019
1 A CADA 3 PROFESSORES(AS) RECEBIA O COMPLETIVO DO PISO	1 A CADA 2 PROFESSORES(AS) RECEBE O COMPLETIVO



! HÁ UM ACHATAMENTO ACELERADO ENTRE A REMUNERAÇÃO DE DIFERENTES NÍVEIS E CLASSES DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO. EM 2019, UM PROFESSOR COM ESPECIALIZAÇÃO (COMO PÓS OU MESTRADO) PODE GANHAR O MESMO QUE UM COLEGA COM FORMAÇÃO DE ENSINO MÉDIO



4ª MAIOR ECONOMIA DO PAÍS

2º PIOR SALÁRIO DE INGRESSO PARA PROFESSORES(AS)

SALÁRIO DA REDE PÚBLICA É **41% MENOR** DO QUE O DA REDE PRIVADA



17ª ECONOMIA DO PAÍS

1º LUGAR NO RANKING DE SALÁRIO DE INGRESSO PARA PROFESSORES(AS)

SALÁRIO DA REDE PÚBLICA É **89% MAIOR** DO QUE O DA REDE PRIVADA

EDUCADORES(AS) CORRESPONDEM A **61,6%** DOS VÍNCULOS DO FUNCIONALISMO ESTADUAL...

...MAS RESPONDEM POR **29,7%** DA FOLHA DE PAGAMENTO

LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E MP, SOMADOS, REPRESENTAM **6,9%** DOS VÍNCULOS...

...MAS CONSOMEM **17,1%** DA FOLHA DO ESTADO

! A FOLHA DA SEDUC, EM DEZEMBRO DE 2014, REPRESENTAVA **37,8%** DA FOLHA DO ESTADO. EM DEZEMBRO DE 2018, CORRESPONDIA A **29,7%**



A QUEDA DEMONSTRA QUE A EDUCAÇÃO É CADA VEZ MENOS UMA PRIORIDADE PARA O RS.

R$ 7,8 BILHÕES

É O QUE O ESTADO DEIXA DE ARRECADAR AO ANO POR NÃO COMBATER A SONEGAÇÃO FISCAL

R$ 9 BILHÕES

É O QUE O ESTADO DEIXA DE ARRECADAR AO ANO POR CONCEDER ISENÇÕES FISCAIS A GRANDES EMPRESAS SEM QUALQUER TRANSPARÊNCIA SOBRE OS BENEFICIADOS

R$ 58 BILHÕES

É O QUE O GOVERNO FEDERAL DEVE AO RIO GRANDE DO SUL EM REPASSES NÃO FEITOS DA LEI KANDIR

27,2%

DO ORÇAMENTO DO RS É INVESTIDO EM EDUCAÇÃO, QUANDO A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PREVÊ UM MÍNIMO DE **35%**

60%

DOS RECURSOS DO FUNDEB FORAM UTILIZADOS EM 2018 PARA PAGAR SALÁRIOS, MAS A LEI PERMITE UTILIZAR 100%, COMO FAZEM DIVERSOS ESTADOS.

8,99%

FOI O CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS, PRINCIPAL IMPOSTO DO ESTADO, EM 2018 (5,09% ACIMA DA INFLAÇÃO)

Fonte dos dados: Dieese